



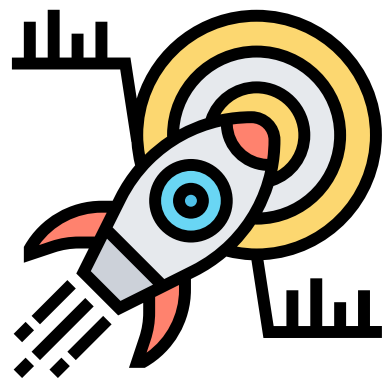
TRE-AC

VALOR PÚBLICO

2021



Missão, Visão e Valores



MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral



VISÃO

Ser reconhecido, pela sociedade acreana, como uma justiça ágil na garantia dos direitos e no fortalecimento da democracia por meio de um processo eleitoral efetivo, seguro e transparente



VALORES

Os valores institucionais permeiam todas as atividades desenvolvidas pelos servidores, colaboradores e magistrados, no interior do órgão ou em nome dele, caracterizando-se como traços culturais aceitos e estimulados por todos.

AGILIDADE

Presteza nas demandas

CREDIBILIDADE

Efetividade, celeridade e segurança do processo eleitoral

EFICIÊNCIA

Emprego criterioso e otimizado de recursos

ÉTICA

Adotar comportamentos baseados em princípios morais

IMPARCIALIDADE

Isenção na realização da justiça

INOVAÇÃO

Incentivar as novas ideias

INTEGRIDADE

Envolvimento de todas as partes e interessados

RESPONSABILIZAÇÃO

Responsabilizar-se pelos atos administrativos e judiciais adotados

SEGURANÇA JURÍDICA

Garantia dos direitos adquiridos pelo cidadão

SUSTENTABILIDADE

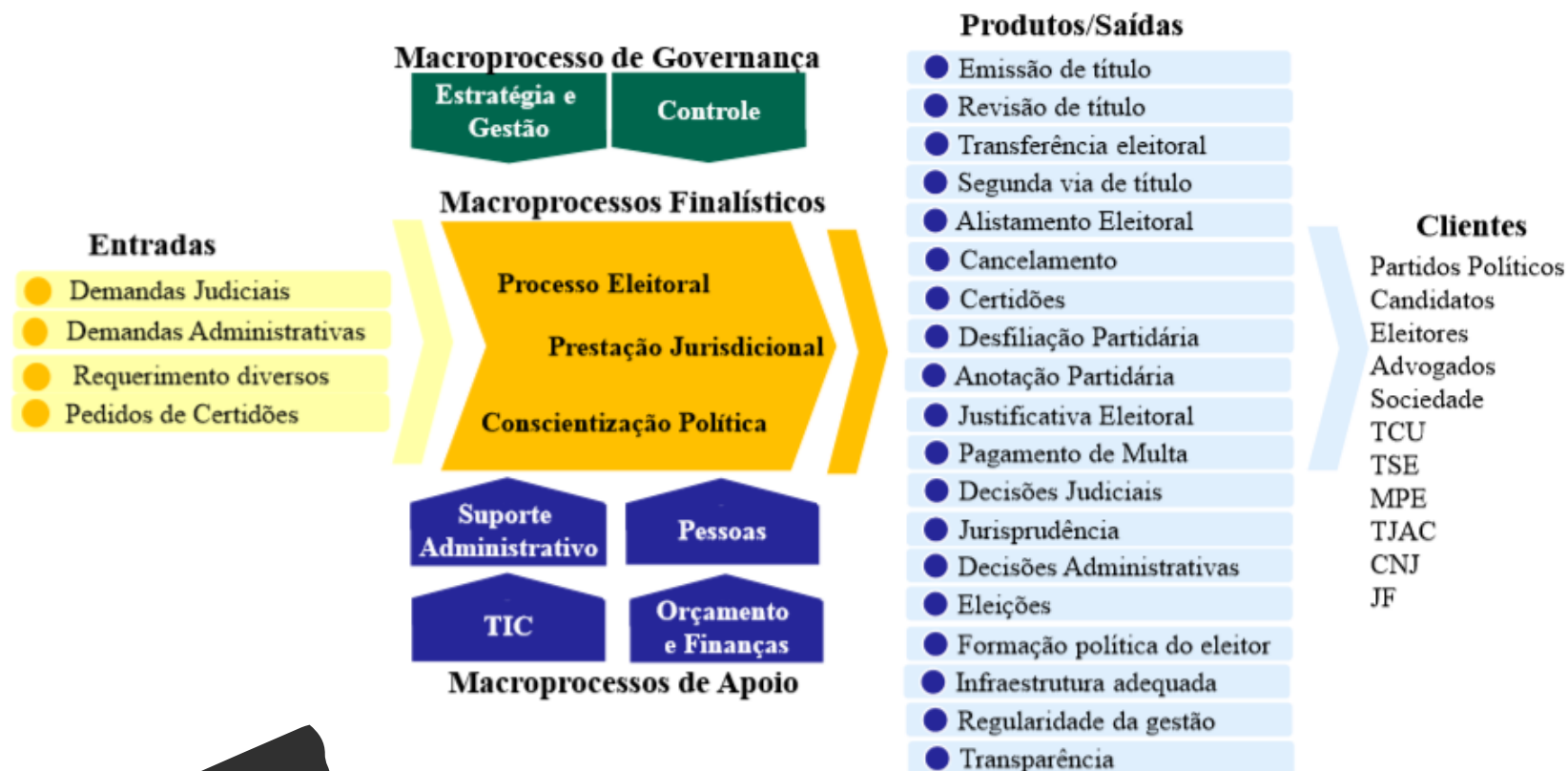
Contribuir positivamente com o meio ambiente

TRANSPARÊNCIA

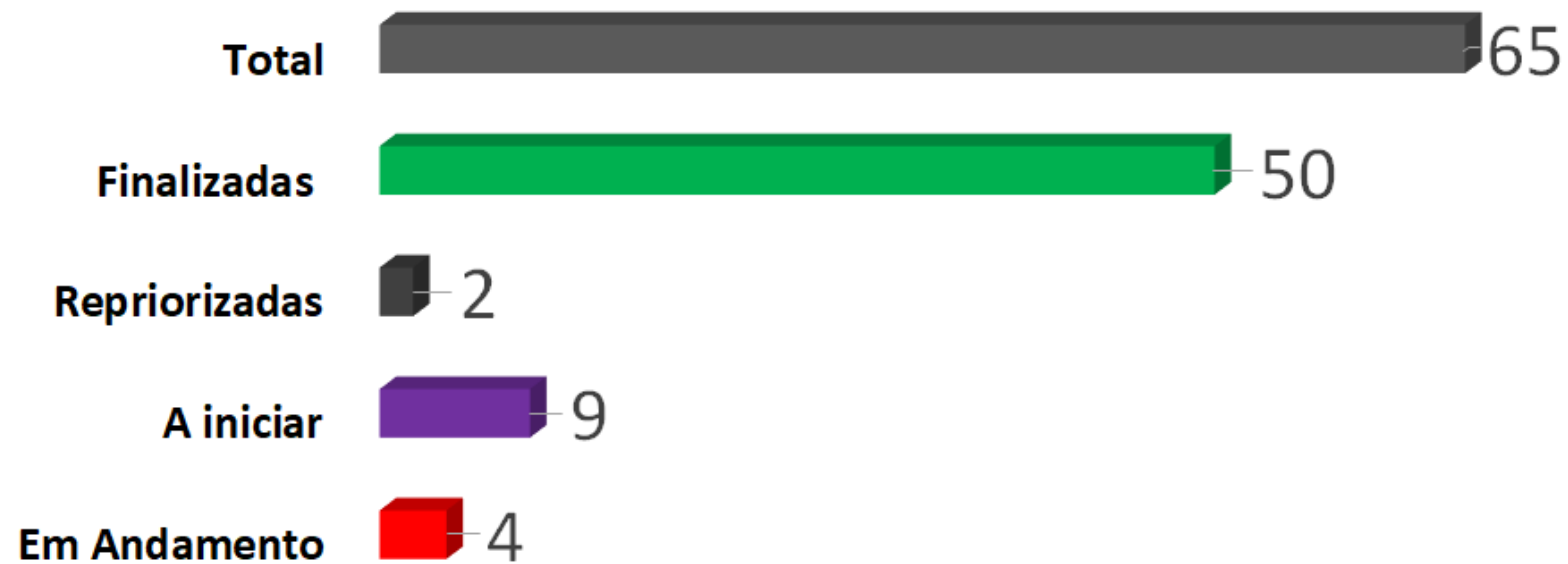
Clareza e garantia no acesso a informação

CADEIA DE VALOR DO TRE-AC

A Cadeia de Valor da Justiça Eleitoral Acreana, desenhada a partir da estrutura regimental, é composta por 3 macroprocessos finalísticos, 2 macroprocessos de governança e 4 macroprocessos de apoio. Sua aprovação formal adveio com a publicação da Portaria da Presidência do TRE-AC n. 249/2014. Representação na figura ao lado:



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PREVISTAS 2021



Iniciativas Estratégicas finalizadas em 2021

- Atualizar o Plano Geral de Projeto – PGP (atribuição da CPA);
- Implementar o sistema eletrônico de vistoria dos lugares de votação, Georreferenciamento Eleitoral – GEL (atribuição das ZEs, STI e CRE);
- Divulgar os direitos da pessoa com deficiência, visando a implementação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal (atribuição do GAPRES, EJE e CPA);
- Monitorar o cumprimento dos convênios/termos de cooperação de acessibilidade firmados pelo governo estadual e prefeituras de Rio Branco e Bujari (atribuição do GAPRES, DG e CPA);
- Garantir condições mínimas de acessibilidade nos prédios da Justiça Eleitoral do Acre (atribuição da SAO\SOMI);
- Palestras de Educação para a Cidadania Política – Oferecer palestras com conteúdo sobre Educação Política e Cidadania para estudantes e professores de ensino fundamental e médio e demais membros da sociedade civil;
- Projeto Jovens pela Democracia – Proporcionar eventos a estudantes do ensino médio, abordando questões relacionadas ao exercício do poder, sistemas eleitorais brasileiros, eleições no Brasil e ética na política;
- Palestra sobre as mídias sociais, desinformação no processo eleitoral e a segurança da urna eletrônica – Oferecer palestras que informem sobre a utilização das mídias sociais, os maus causados pela desinformação e a segurança do processo eleitoral;
- Oferecer Palestra com tema voltado para a área do Direito Eleitoral;
- Elaborar planos de ações para implementação das melhorias identificadas na pesquisa de opinião pública 2020. (as unidades responsáveis elaboram os planos, mas a ASPLAN envia o procedimento com o resultado da pesquisa);
- Elaborar Plano de Trabalho para o período de 2021 - Ranking Transparência;
- Elaborar normativo para regulamentar o ranking transparência no âmbito do Tribunal;
- Elaborar plano de ação para alcance dos itens não pontuados no Ranking Transparência;
- Orientar as zonas quanto à priorização do julgamento dos processos da classe Prestações de Contas (Partidárias e Eleitorais), identificando a necessidade de cada Zona Eleitoral. No atual momento, a orientação para as PCE pendentes do recebimento de mídia foi a suspensão do processo, portanto, saem da Meta 1. Esse acompanhamento também está sendo realizado, visando o cumprimento da Meta tão logo a situação volte à normalidade;
- Durante o período 2021 a 2026, estabelecer rotina e processo de trabalho relacionado ao acompanhamento das metas 1 e indicadores do CNJ, com mapeamento e melhoria de ações preventivas (identificação de problemas, orientação e gestão para o alcance dos resultados) no âmbito do 1º grau de jurisdição; Metas 1 e 2;
- Envidar esforços necessários para correção e saneamento dos dados referentes ao 1º Grau de jurisdição constantes na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, conforme cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2021 (Portarias CNJ 160/2020 e 91/2021);
- Reduzir a taxa de congestionamento, priorizando os julgamentos dos processos que integram as metas 1 e 2 e, os relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, no âmbito do 1º grau de jurisdição, por meio de mapeamento e acompanhamento da tramitação e julgamento dos respectivos processos, nas correções anuais, empregando o apoio necessário às zonas;

Iniciativas Estratégicas concluídas em 2021

- Verificar periodicamente, antes do fechamento de cada semestre, o quantitativo de casos pendentes, alertando as zonas eleitorais sobre a necessidade de providências para aqueles casos que estão pendentes somente pela falta de arquivamento - TAXA DE CONGESTIONAMENTO no 1º GRAU e 2º GRAUS;
- Estabelecer rotina e processo de trabalho relacionados ao acompanhamento da meta 1 e indicadores do CNJ, com mapeamento e melhoria de ações preventivas (identificação de problemas, orientação e gestão para o alcance dos resultados), no âmbito do 2º grau de jurisdição; METAS NACIONAIS 1 e 2 - 2º GRAU;
- Encaminhar periodicamente aos Membros da Corte, Assessorias, Assistência aos Juízes-Membros e Procuradoria Regional Eleitoral relatórios estatísticos relativos à tramitação dos processos, feitos pendentes e produtividade; METAS NACIONAIS 1 e 2 - 2º GRAU e TAXA DE CONGESTIONAMENTO;
- Envidar esforços para buscar a correção e o saneamento dos dados referentes ao 2º Grau de jurisdição constantes na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), conforme cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2021 (Portarias CNJ 160/2020 e 91/2021). METAS NACIONAIS 1 e 2 - 2º GRAU e TAXA DE CONGESTIONAMENTO;
- Acompanhar a tramitação e julgamento dos feitos que integram as metas 1 e 2, bem como dos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (meta 4), no âmbito do 2º grau de jurisdição; TAXA DE CONGESTIONAMENTO - 2º GRAU;
- Identificar e priorizar, mensalmente, o acompanhamento e a orientação às zonas eleitorais sobre a necessidade de julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020 e que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade, visando ao atingimento de, no mínimo, 50% de processos julgados até 31/12/2021 (Meta 4/2021); META NACIONAL 4 - 1º GRAU;
- Adotar medidas administrativas de mapeamento e melhoria do controle no âmbito do 1º grau de jurisdição, a partir das correções anuais realizadas; META NACIONAL 4 - 1º GRAU;
- Acompanhar mensalmente a tramitação e julgamento dos feitos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, no âmbito do 2º grau de jurisdição, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade. Em relação ao ano de 2021, tal acompanhamento abrangerá os feitos com tais características relativos às Eleições de 2020 e distribuídos até 31/12/2020, a fim de que sejam julgados, pelo menos, 50% deles, até 31/12/2021 (Meta 4/2021); META NACIONAL 4 - 2º GRAU;
- Encaminhar periodicamente aos Membros da Corte, Assessorias, Assistência aos Juízes-Membros e Procuradoria Regional Eleitoral relatórios estatísticos relativos à tramitação dos processos, feitos pendentes e produtividade; META NACIONAL 4 - 2º GRAU;
- Providenciar o imediato arquivamento definitivo (ou a baixa definitiva, conforme o caso) dos feitos enquadrados na meta 4 que estejam dependendo apenas dessa providência. META NACIONAL 4 - 2º GRAU

Iniciativas Estratégicas concluídas em 2021

- Criação de canais virtuais de comunicação a fim de difundir entre os servidores e colaboradores as orientações e treinamentos necessários à inclusão, capacitação e sensibilização socioambiental;
- Cumprir com os requisitos dos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”, conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos;
- Elaborar plano de ação para atendimento gradativo dos itens não cumpridos do questionário de governança pública, previstos no levantamento realizado pelo TCU;
- Implementar, no planejamento das eleições 2022, as melhorias detectadas nas avaliações dos projetos das eleições 2020.
- Realizar pesquisa de clima organizacional;
- Acompanhar a execução orçamentária, na forma estabelecida pela IN TRE-AC 24/2016;
- Elaborar planos de ações para cumprimento dos requisitos exigidos pelo TCU e não atendidos pelo Tribunal; (Aguarda a publicação de novo questionário do TCU, previsto para maio de 2021);
- Elaborar os planos de ações para cumprimento da Resolução CNJ nº 370/2021;
- Elaborar o Plano Diretor de TIC alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Plano de Diretrizes, à ENTIC-Jud e às recomendações dos órgãos de controle;
- Elaborar o Plano de Ação para atender exigências da Lei Geral de Proteção de Dados e recomendações de órgãos de controle, como o CNJ com a Resolução nº 363/2021;
- Realizar 100% das iniciativas do Plano de ação da Lei de Proteção de Dados previstas para conclusão em 2021.

Andamento

- Elaboração do Plano de Logística Sustentável;
- Elaboração do Plano Anual de Capacitação 2022;
- Elaboração de formulário de checagem das fases dos processos anuais de contratações;
- Ações de TI voltadas à melhoria contínua dos serviços;

Repriorizadas

- Elaboração de editais padrões para as contratações

*repriorizada para 29.4.2022;

- Implantar a Central de Serviços de TI.

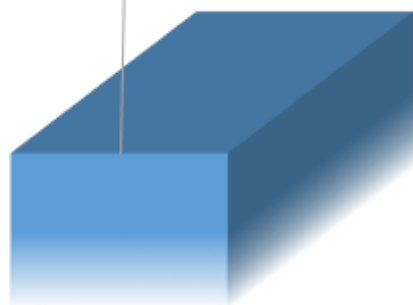
*repriorizada para 30.6.2022

A iniciar

- Elaboração de plano de capacitação e Planos de ações do Plano de Logística Sustentável;
- Plano Estratégico em Gestão de Pessoas;
- Plano de Transformação Digital;
- Contratação de Atendentes para central de serviços de Tecnologia da Informação;
- Elaborar e executar plano de ação para tratar e prevenir as doenças mais frequentes identificadas na medição do ano anterior;
- Elaborar o plano de promoção a saúde e qualidade de vida no trabalho 2022/2023
- Identificar os pontos que estão impactando negativamente na área de gestão de pessoas;
- Revisar o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, alinhando-o ao Plano Estratégico do TRE-AC 2021/2026.

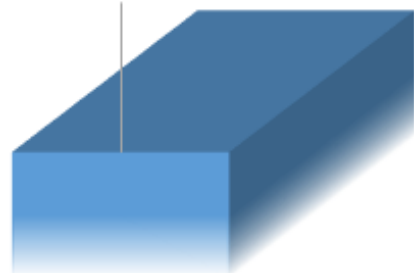
METAS NACIONAS DESEMPENHO 2021

126,19%



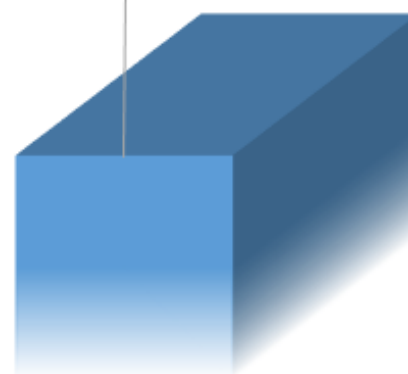
META 1
JULGAR MAIS PROCESSOS QUE
OS DISTRIBUÍDOS NO ANO -
100% +1

101,35%



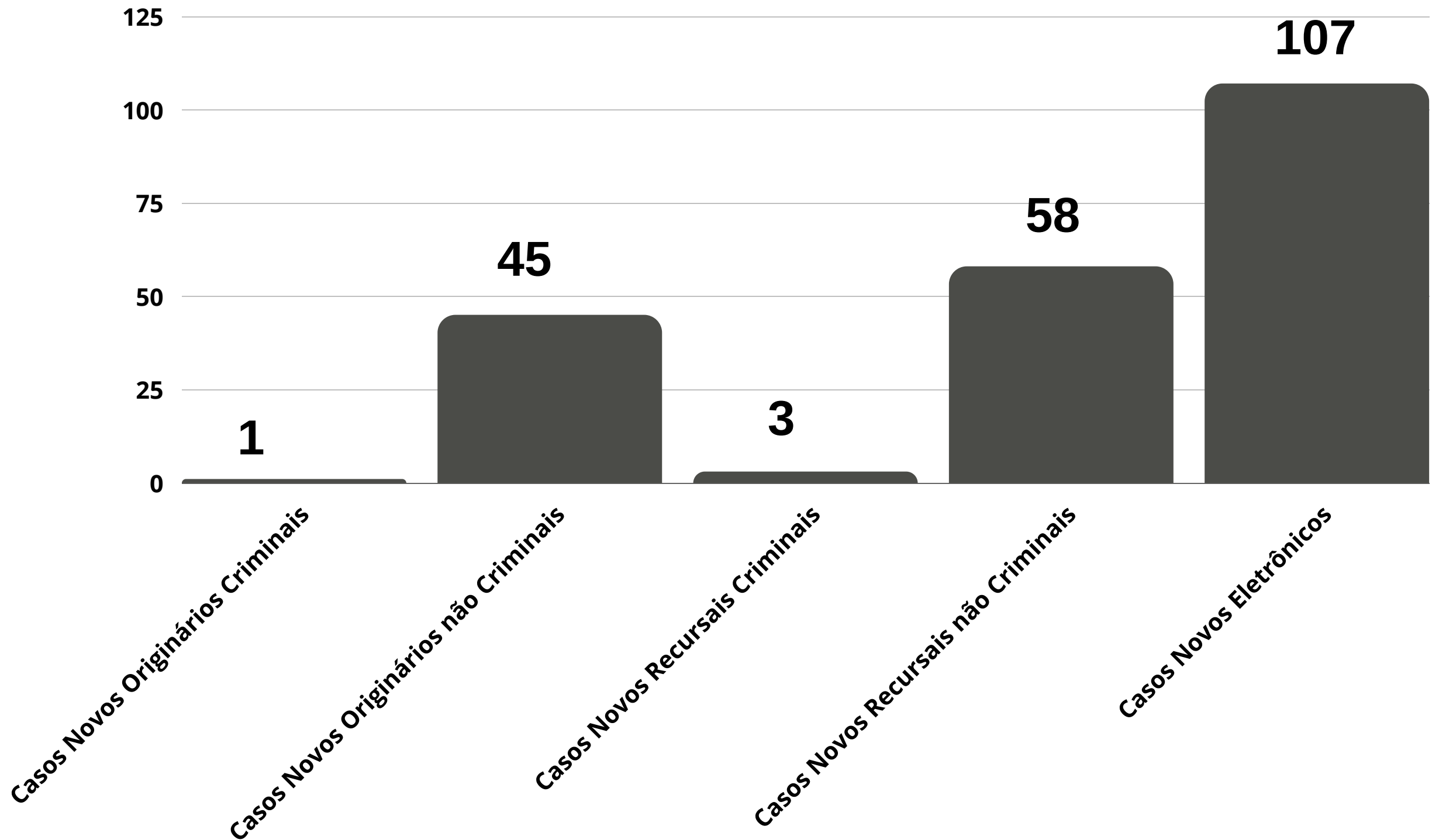
META 2 JULGAMENTO DE
PROCESSOS ANTIGOS
80% - ATÉ 31-12-2019

180%

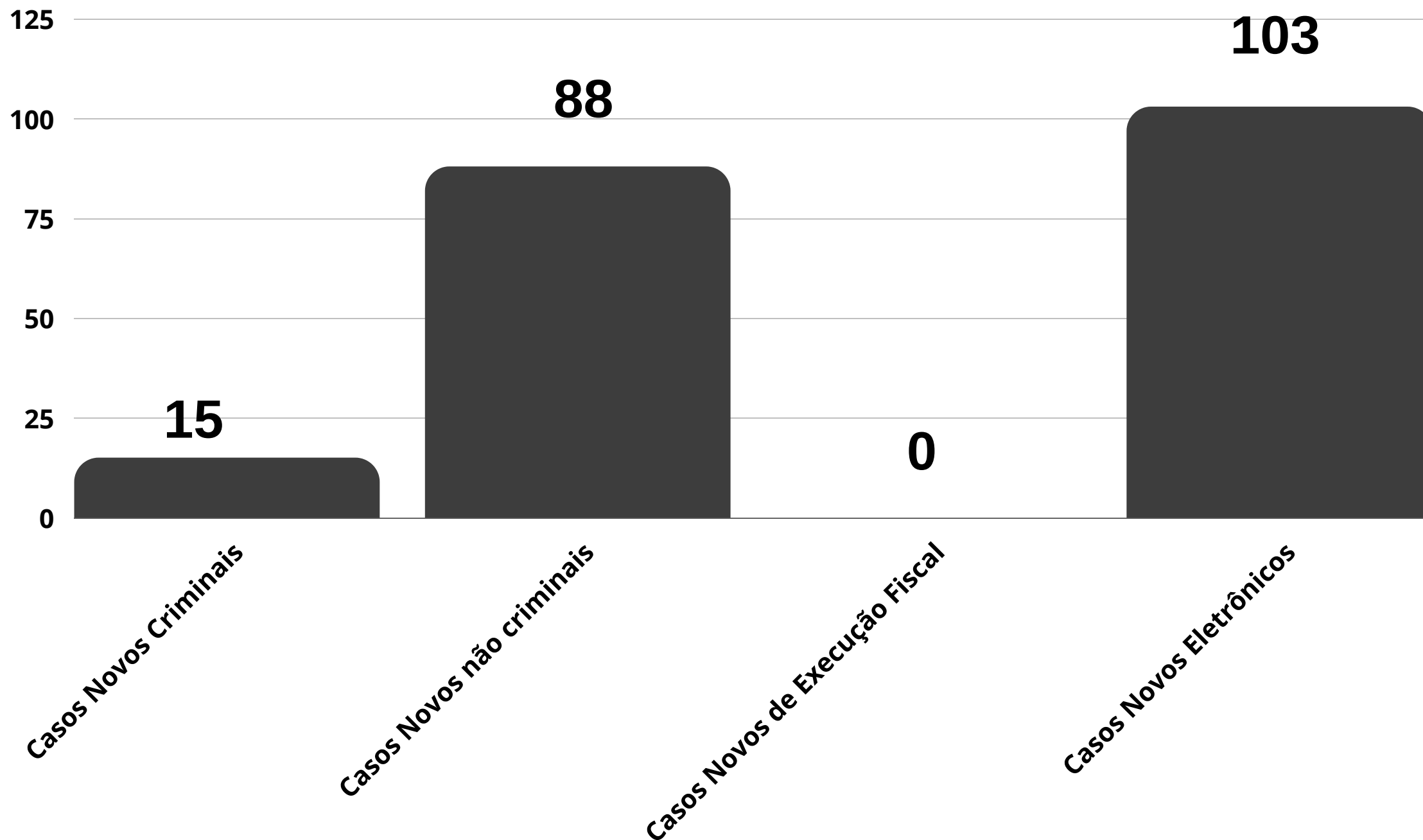


JULGAR 90% DOS PROCESSOS
DAS ELEIÇÕES DE 2018 E 50%
DAS ELEIÇÕES DE 2020,
DISTRIBUÍDOS ATÉ
31/12/2020, QUE POSSAM
IMPORTAR NA PERDA DE
MANDATO ELETIVO OU
INELEGIBILIDADE

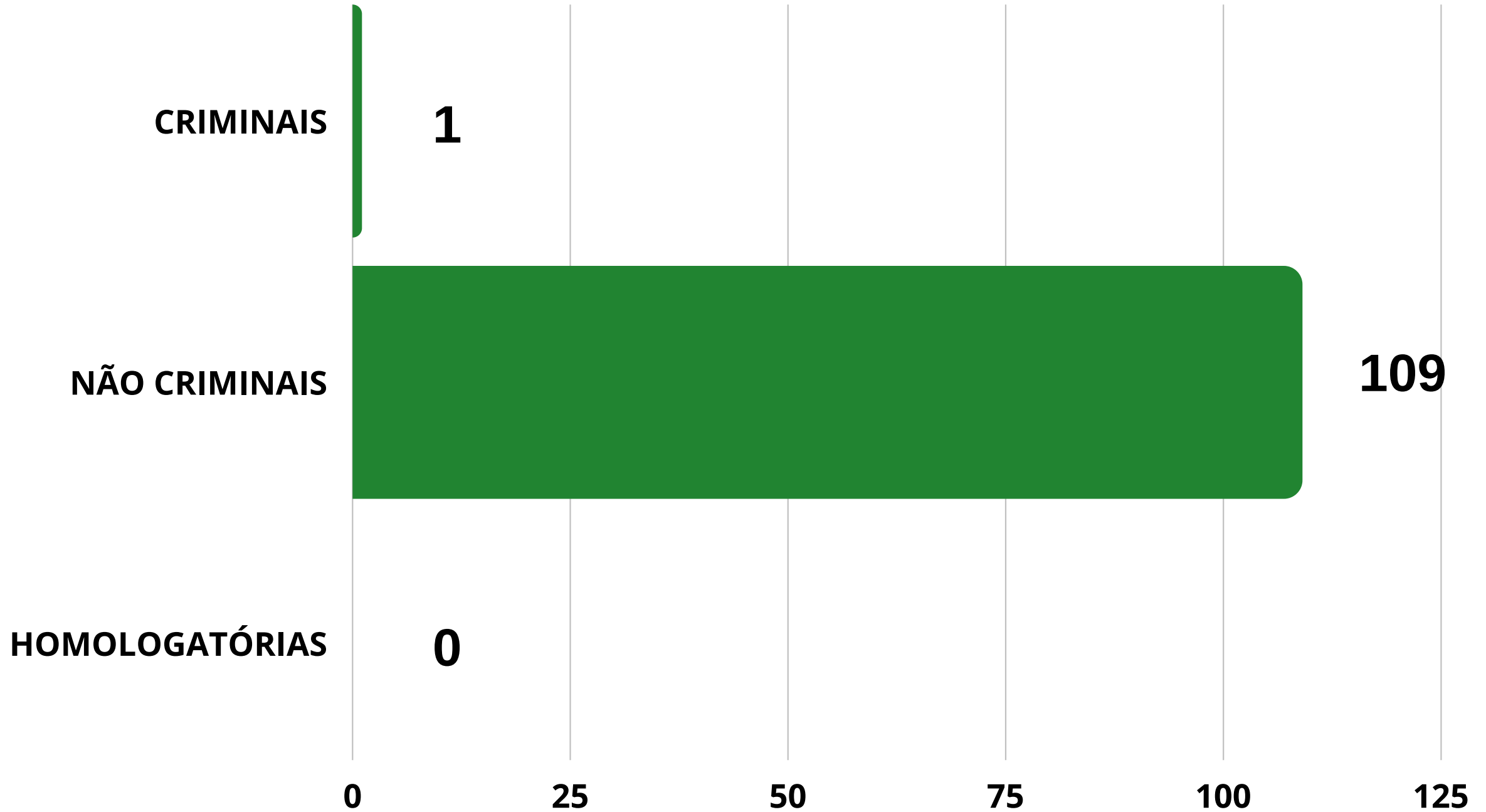
Processos - Casos Novos - 2º Grau



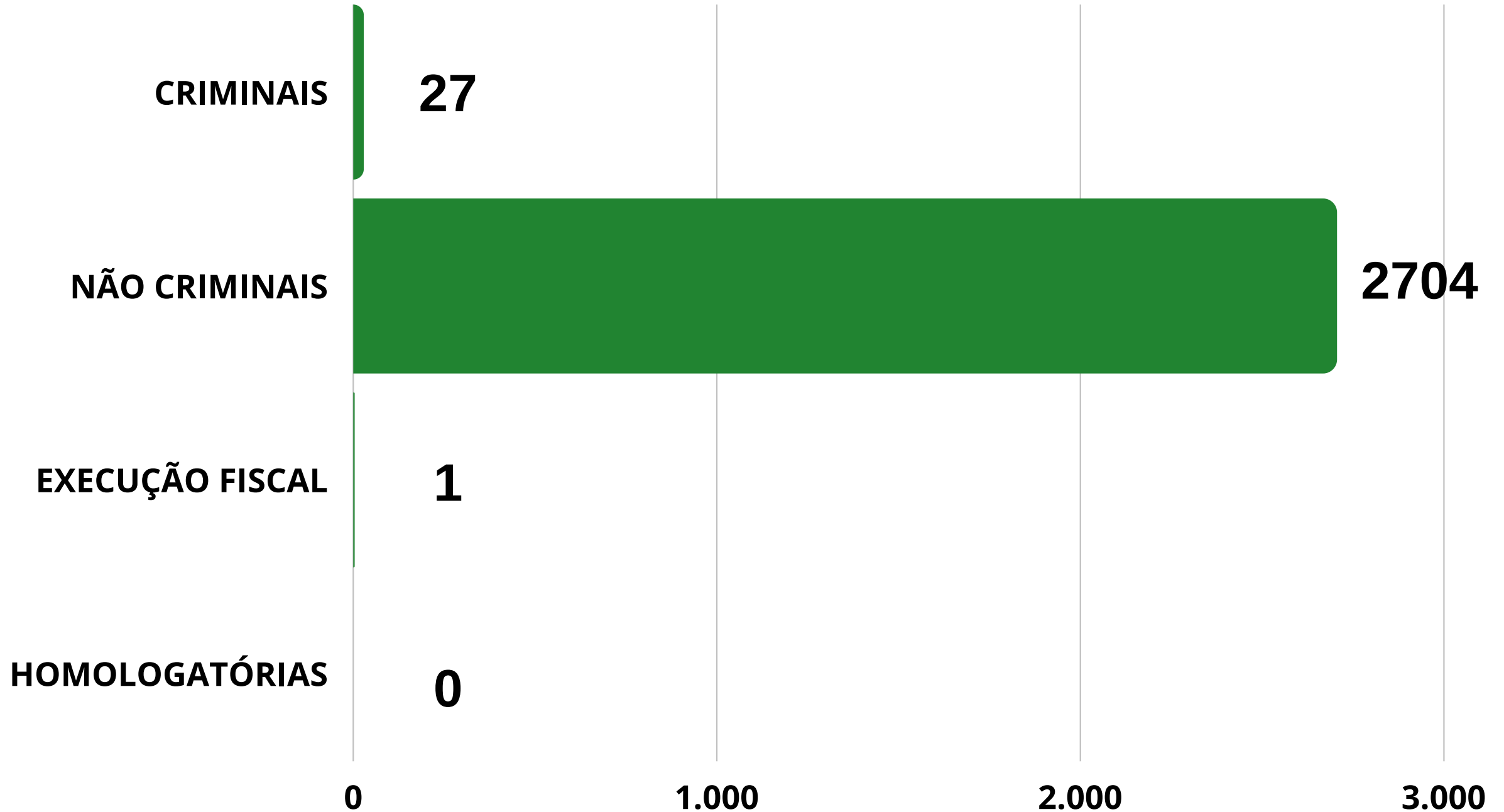
Processos - Casos Novos - 1º Grau



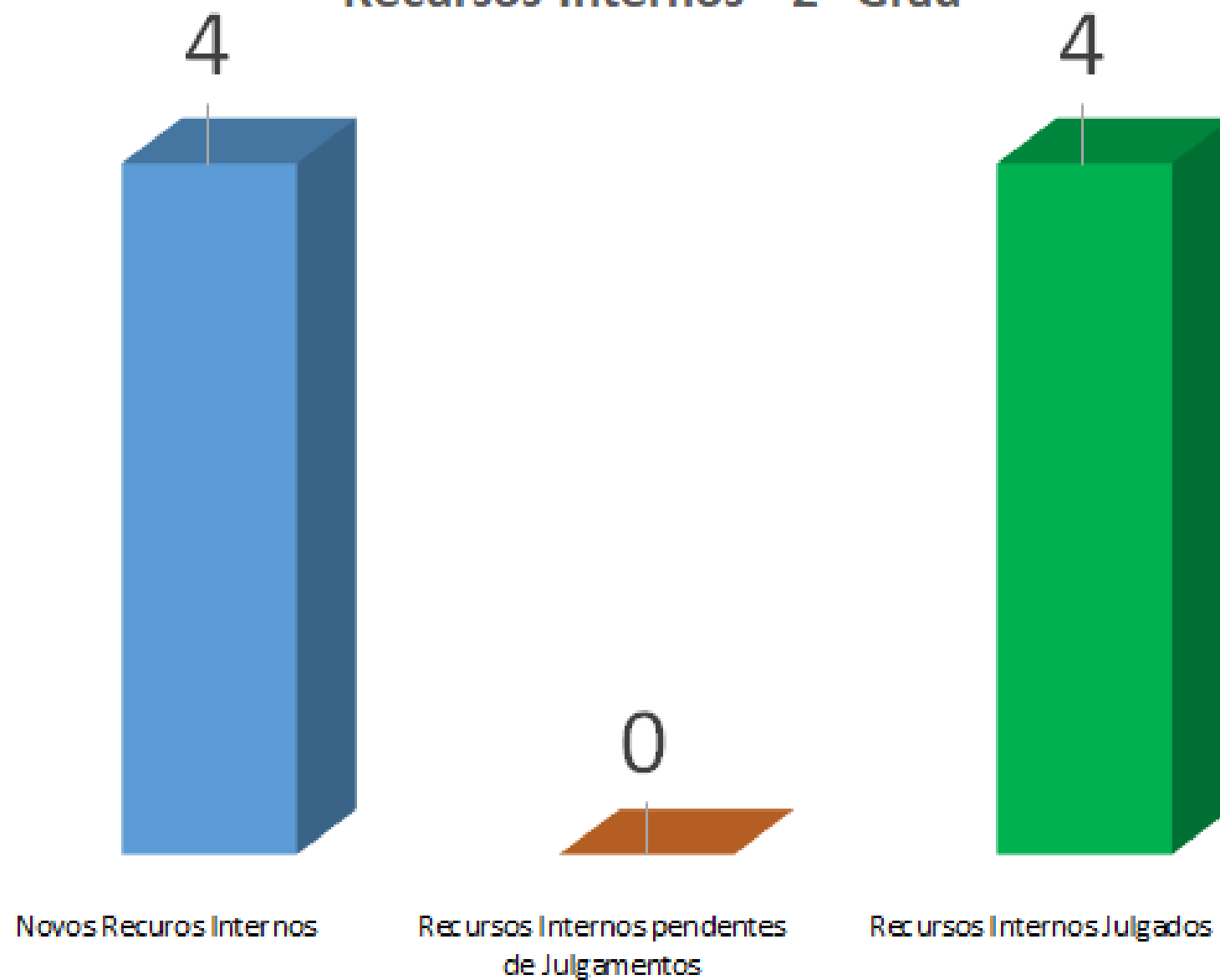
■ DECISÕES E SENTENÇAS - 2º GRAU



■ **DECISÕES E SENTENÇAS - 1º GRAU**



Recursos Internos - 2º Grau



Recursos Internos - 1º Grau

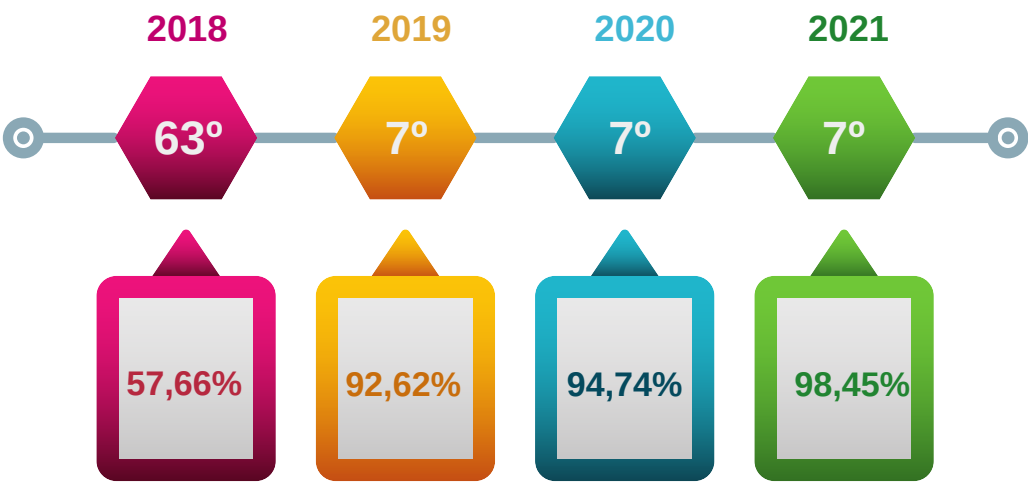


PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



Ranking Transparência Nacional

Elevação do percentual no Ranking da Transparência, avaliação anual de 92 tribunais e conselhos do país pelo Conselho Nacional de Justiça. A evolução pode ser observada a seguir:



Destaca-se que, em 2021, o TRE do Acre atingiu o terceiro maior percentual na avaliação da transparência do Poder Judiciário. O resultado do ranking pode ser acessado no [Portal do CNJ](#).

Atendimento formulário eletrônico

Em 2021, foram geradas 598 demandas. Desses registros, 209 eram pedido de Acesso à Informação e 354 Atendimento ao Cidadão:

Tipo	Demandas recebidas	Tempo médio de tramitação
ACESSO À INFORMAÇÃO	209	7 dias
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	354	6 dias
CRÍTICA	1	0 dias
DENÚNCIA	6	4 dias
ELOGIO	5	2 dias
TOTAL	598	

Atendimento pelos canais de acesso

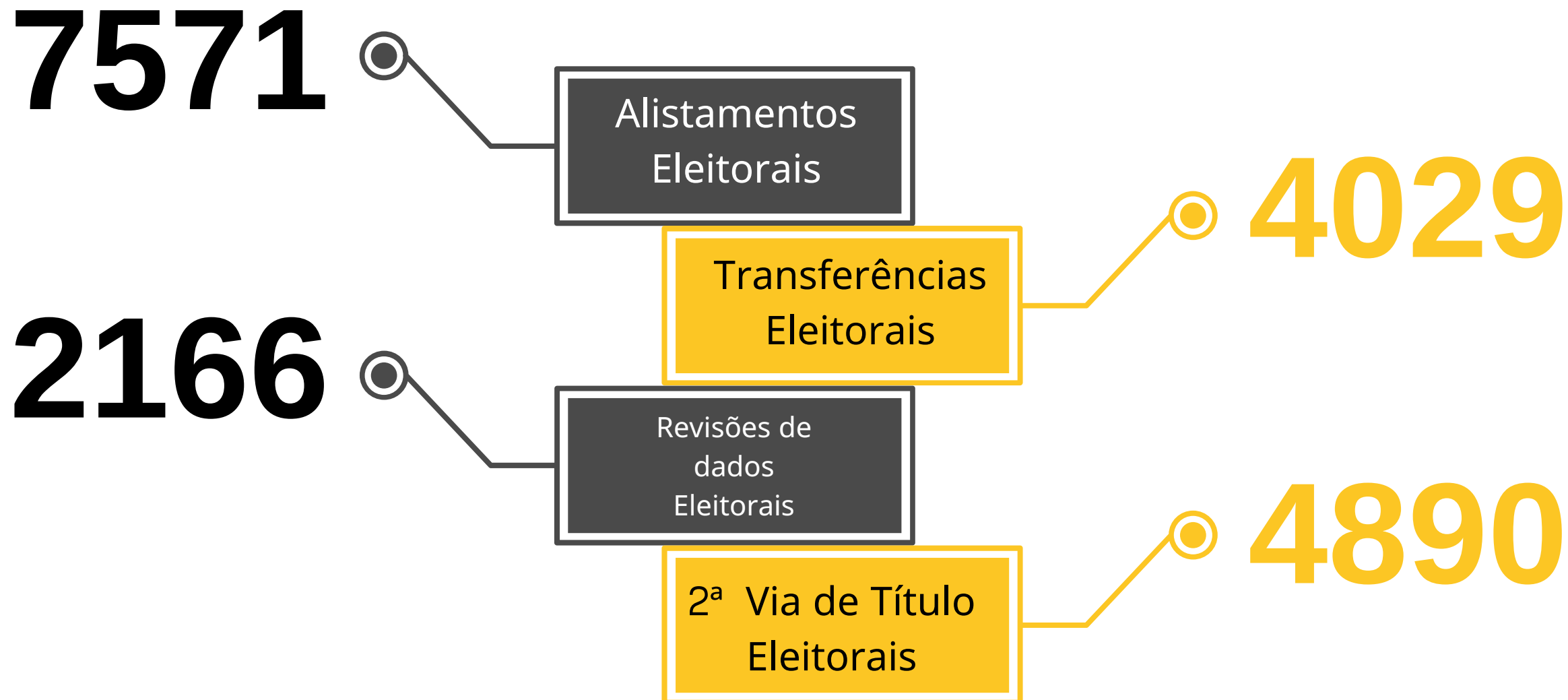
No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 foram recebidas e apreciadas o total de 1.204 solicitações pelos diversos canais de atendimento da Ouvidoria.

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
POSTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E-MAIL	8	71	57	72	55	21	4	1	17	46	38	24	414
TELEATENDIMENTO	0	31	10	75	57	19	0	0	0	0	0	0	192
FORMULÁRIO ELETRÔNICO	48	39	54	84	66	32	58	56	48	40	39	34	598
PRESENCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	56	141	121	231	178	72	62	57	65	86	77	58	1.204

Índice de Satisfação

Ano	Período de aferição	Descrição da meta específica	Índice geral de satisfação
2019	01/01 a 31/12	Atingir 80% no grau de satisfação dos eleitores quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, através da instituição de mecanismo de aferição permanente, inclusive em anos eleitorais.	96,91%
2020	01/01 a 31/12		72,8%
2021	01/01 a 31/12		74,11%

Quantidade de Atendimento eleitorais- 2021





TRE-AC

DESAFIOS



CONTINUIDADE

- Dar continuidade, no ano de 2022, ao projeto de acompanhamento das unidades com dificuldades de atingir as metas 1 e 2 do CNJ, priorizando a tramitação e julgamento dos processos mais antigos, especialmente o julgamento das Prestações de Contas Eleitorais de 2020, que poderão figurar na Meta 2 para 2022.
- Melhoria da gestão judiciária, objetivando a redução das taxas de congestionamento e aumento do cumprimento das Metas estabelecidas pelo CNJ
- Melhorias no planejamento e execução das atividades afetas à realização do pleito de 2022
- Implantação do Balcão Virtual e do Programa Justiça 4.0, o que certamente agregará maior qualidade aos serviços prestados aos jurisdicionados
- Divulgar o Calendário Eleitoral das Eleições 2022
- Combater a desinformação/fakenews
- Incrementar a força de trabalho com contratações e provimento de cargos vagos
- Qualificar o reduzido quadro de pessoal para colaborar com a PDPJ
- Qualificar o reduzido quadro de pessoal para colaborar com a PDPJ
- Melhorar a infraestrutura do CPD, com a aquisição de Data Centers modulares
- Desenvolver, pelo menos, duas ações, relacionadas à Prevenção e ao Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, na forma da Resolução CNJ n. 351/2020

- Implantar processos de governança de TIC baseados nos frameworks ITIL e CobitMelhoria da gestão judiciária, objetivando a redução das taxas de congestionamento e aumento do cumprimento das Metas estabelecidas pelo CNJ
- Implantar, de forma plena, a Central de Serviços de TIC com a instituição do Catálogo e dos Acordos de Nível de Serviço
- melhorar a nota obtida no iGovTIC e retornar ao nível aprimorado
- Melhorar a comunicação de dados entre o TRE e as zonas e postos eleitorais
- Garantir condições mínimas de acessibilidade nos prédios da Justiça Eleitoral do Acre
- Palestras de Educação para a Cidadania Política – Oferecer palestras com conteúdo sobre Educação Política e Cidadania para estudantes e professores de ensino fundamental e médio e demais membros da sociedade civil
- Projeto Jovens pela Democracia – Proporcionar eventos a estudantes do ensino médio, abordando questões relacionadas ao exercício do poder, sistemas eleitorais brasileiros, eleições no Brasil e ética na política
- Palestra sobre as mídias sociais, desinformação no processo eleitoral e a segurança da urna eletrônica – Oferecer palestras que informem sobre a utilização das mídias sociais, os maus causados pela desinformação e a segurança do processo eleitoral
- Criar Programa de conscientização dos servidores e colaboradores do TRE/AC, quanto a importância da preservação do meio ambiente



Tribunal Regional do Acre
Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224.
Portal da Amazônia - Rio Branco - AC
CEP: 69915-632

